

**HABEAS CORPUS Nº 514.329 - PE (2019/0163101-3)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : CELIA MARIA DE ALMEIDA SILVA  
**ADVOGADO** : CÉLIA MARIA DE ALMEIDA SILVA - PE014813  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PACIENTE** : IGOR DE ALMEIDA RODRIGUES

**DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de IGOR DE ALMEIDA RODRIGUES, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na Apelação n.º 0057111-86.2003.8.17.0001 (461728-3/00 TJPE).

Consta dos autos que o Paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito tipificado no art. 121, *caput*, c.c. o inciso I do art. 18, ambos do Código Penal.

Esgotadas as instâncias ordinárias, foi determinada a expedição de mandado de prisão em desfavor do Réu.

Daí o presente *mandamus*, no qual a Impetrante sustenta que o Paciente sofre constrangimento ilegal, pois, a despeito do processo ainda estar em trâmite, a autoridade apontada como coatora determinou seu recolhimento para o cumprimento da pena "*sem observar sequer que a execução desta deva se dar no local de residência do paciente que é em São Paulo/SP e, ainda, sem a ocorrência do trânsito em julgado da sua sentença penal condenatória, ante a determinação de expedição de guia de execução provisória da pena, violando a regra constitucional da presunção de inocência e infraconstitucional que estabelece como marco inicial o trânsito em julgado da sentença penal condenatória*" (fl. 5).

Argumenta que "*há de se entender que a revisão da decisão em Segunda Instância se deu em recurso manejado pelo paciente e, portanto, a alteração das condições processuais, revogando-se o benefício de responder ao processo em liberdade, obtido e mantido desde o primeiro grau, implica no agravamento da situação do paciente, o que não pode ser feito sem um pedido explícito da acusação, consistindo numa decisão extra petita em reformatio in pejus*" (fl. 6).

Requer, "inaudita altera pars, a concessão o presente remédio heróico com a determinação de expedição, EM CARÁTER LIMINAR, de salvo-conduto ou contra-mandado, em favor do Paciente, a fim de que possa ser afastada qualquer ameaça de prisão, antes do trânsito em julgado da decisão condenatória" (fl. 12).

É o relatório inicial.

Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

Em juízo de cognição sumária, vejo que o pedido da Impetrante de se possibilitar ao Paciente o esgotamento das vias recursais em liberdade não deve prosperar.

Como se sabe, a Suprema Corte, no julgamento do ARE n.º 964.246 RG/SP, julgado sob o regime de repercussão geral, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria no sentido de que "a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal" (ARE 964.246 RG, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, DJe de 25/11/2016).

Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme se extrai do seguinte julgado:

**"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO SIMPLES. CONDENAÇÃO MANTIDA NO JULGAMENTO DE APELAÇÃO CRIMINAL. DETERMINAÇÃO DE EXPEDIÇÃO IMEDIATA DE MANDADO DE PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS INFRINGENTES OPOSTOS PELA DEFESA. VIAS RECURSAIS ORDINÁRIAS NÃO EXAURIDAS. ORDEM CONCEDIDA.**

**I - O Supremo Tribunal Federal, evoluindo em seu entendimento, consignou, por ocasião do julgamento do HC n. 126.292/SP, que 'A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal' (HC n. 126.292/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 17/5/2016).**

**II - Dessarte, em outras palavras, está autorizada a execução provisória da pena após o julgamento em segunda instância, ressalvadas hipóteses em que seja possível a superação de tal entendimento pela existência de flagrante ilegalidade.**

**III - Na hipótese, não estão exauridas as vias recursais**

*ordinárias, tendo-se em vista que houve a oposição de embargos infringentes pela defesa, pendentes de julgamento, fato que impede, por enquanto, a aplicação do precedente fixado pelo col. Pretório Excelso.*

*Ordem concedida para determinar que o paciente, salvo se por outro motivo estiver preso, aguarde em liberdade o esgotamento das vias recursais ordinárias." (HC 372.357/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 30/11/2016).*

Assim, vejo que o caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a instrução completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de origem, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora